



Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Comissão de Finanças e Orçamento.

Projeto de Lei 91/2025.

Relator Comissão LJRF: Vereador Wagner da Cunha Fortunato.

Relator Comissão Finanças e Orçamento: Evandro Soriano da Silva.

AUTORIZA O PODER
EXECUTIVO MUNICIPAL A
CELEBRAR ACORDO DE
COMPOSIÇÃO AMIGÁVEL COM
A EMPRESA SINASC -
SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO
DE RODOVIAS LTDA,
RELATIVO À DOAÇÃO COM
ENGARGOS DE IMÓVEL DO
PATRIMÔNIO DISPONÍVEL NO
MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

PARECER EM CONJUNTO

I – O PROJETO DE LEI.

Oriundo da Mensagem Executiva 60/2025, numerado como Projeto de Lei 91/2025, tem a finalidade de autorizar o Poder Executivo Municipal a celebrar acordo de composição amigável com a empresa SINASC – Sinalização e Construção



de Rodovias LTDA, relativo à doação com encargos de imóvel do patrimônio disponível no município.

A doação tem por beneficiário a empresa SINASC, inscrita no CNPJ: 07.150.434/0001-17, com sede na Rua Juliano Lucchi, nº 134, Área Industrial, no município de Palhoça/SC, CEP: 88.133-540.

É o necessário para a compreensão do tema.

II – ASPECTOS FORMAIS.

A matéria aqui tratada está dentro do conjunto de competências específicas do Município, enquanto ente federativo autônomo (art. 18, da Constituição Federal) para realizar a gestão dos bens que integram o acervo patrimonial do Município de Pirai (art. 11, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal).

Portanto, no aspecto formal, a proposição é legal e constitucional.

III – ASPECTOS DE MÉRITO.

No aspecto de mérito a que compete a esta Comissão, o projeto em questão é, igualmente, legítimo. Pois, compete ao Poder Executivo Municipal dispor a respeito da destinação adequada e eficiente dos bens públicos municipais.

A doação está em harmonia com a Lei Orgânica Municipal (art. 18). A doação pode ser definida como modalidade de ato jurídico que transfere a propriedade do bem de forma gratuita, desde que haja um interesse público justificado, e que o município edite uma lei específica para a doação.

Trata-se de instrumento jurídico legítimo para a gestão dos bens públicos municipais.

À Comissão de Finanças e Orçamento compete opinar sobre proposições e assuntos, inclusive os de competência de outras Comissões, que concorram para



aumentar ou diminuir assim a despesa como a receita pública; sobre a atividade financeira do Município; sobre a fixação de subsídios dos Vereadores, Prefeito, Vice Prefeito e Secretários Municipais; sobre o projeto de lei orçamentária, em especial os que disponham sobre o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, bem como os projetos referentes à abertura de créditos; compete, ainda, fiscalizar a execução orçamentária e emitir parecer sobre comunicação do Tribunal de Contas referente à ilegalidade de despesas decorrentes de contrato; bem como opinar sobre a organização ou reorganização de repartições da administração direta ou indireta aplicadas a esses fins.

Ressalte-se que referido projeto de lei tem como encargo a manutenção de no mínimo 40 empregos durante o período, sendo garantidos 50% aos residentes locais, com oferta, preferencialmente através do SINE/Pirai.

Assim, no aspecto de mérito, o projeto é legítimo.

IV – DA CONCLUSÃO.

Diante de tudo que foi exposto, o Projeto de Lei 91/2025, é perfeito quanto ao aspecto formal e de mérito.

Portanto, opino pelo **PROSSEGUIMENTO** do projeto de lei acima referido.

Sala das Comissões, 08 de setembro de 2025.

Wagner da Cunha Fortunato

Vereador Relator



Acompanham as conclusões do Relator os demais membros da presente Comissão.



Roberto Horta Jardim Salles

José Otávio Ferreira de Abreu.

Vereador Presidente da Comissão de
Legislação e Redação Final

Vereador Vice Presidente da Comissão de
Legislação e Redação Final

Comissão de Finanças e Orçamento.



Evandro Soriano da Silva.
Relator.

Mário Hermínio da Silva Carvalho.

Presidente da Comissão de
Finanças e Orçamento.



Júlio Cezar da Fonseca Alves.

Membro da Comissão de
Finanças e Orçamento.